



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Oliveira, Cláudio Ivan de; Oliveira-Castro, Jorge M.

Problemas conceituais da doutrina intelectualista: implicações para algumas explicações cognitivistas

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 1, 2003, pp. 171-176

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816117>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Problemas Conceituais da Doutrina Intelectualista Implicações para Algumas Explicações Cognitivas

Cláudio Ivan de Oliveira^{1,2}

Universidade Católica de Goiás

Jorge M. Oliveira-Castro

Universidade de Brasília

Resumo

A doutrina intelectualista de Descartes consiste, em parte, na crença de que para que as pessoas executem tarefa, elas devem antes refletir sobre as regras de bom desempenho que se aplicam à tarefa. Neste sentido, em qualquer tarefa dependeria sempre da consciência, por parte do indivíduo, das prescrições para a ação, entendida como um processo interno, isento de erros quanto à sua capacidade de perceber o fluxo da ação para si mesmo. Certas prescrições acerca do que vai ser feito. De acordo com essa interpretação da doutrina, para serem consideradas inteligentes, as ações, seriam responsáveis pelas ações, os episódios da vida material. Um dos problemas relacionados a esta doutrina intelectualista, de acordo com Ryle, é que muitas ações ditas inteligentes não são precedidas por conhecimentos anteriores dos princípios que se lhes aplicam. Outro problema mais relevante se refere ao fato de que tal doutrina pode gerar uma regressão teórica infinita, isto é, se ações inteligentes são necessariamente precedidas por outras inteligentes, estas, para serem inteligentes, teriam que ser também precedidas por outras considerações. Visto que a *psicologia cognitiva*, representada por exemplo por teorias de processamento de informação, é influenciada por esta doutrina intelectualista, as críticas mencionadas podem ser também aplicadas a ela. Sugere-se que um estudo das aplicações das teorias psicológicas na linguagem cotidiana pode ser útil para a solução de algumas dessas dificuldades.

Palavras-chave: Consciência; doutrina intelectualista; psicologia cognitiva; regressão infinita; análise cognitiva.

Conceptual Problems with the Intellectualistic Doctrine: Implications to Some Cognitive Explanations

Abstract

Descartes' intellectualistic doctrine consists in part in the belief that in order for people to adequately perform a task, they must first reflect on the rules of good performance that apply to that task. Therefore, good performance of any task would always depend on the individual's consciousness of the prescriptions for the actions, *consciousness* being understood as an internal process, free from mistakes concerning its ability to perceive the flow of mental life, of admitting prescriptions about what will be done. According to this doctrine's interpretation, immaterial life episodes, such as judging, would be responsible for actions, material life episodes. One of the problems related to this interpretation, according to Ryle, is that many of the so-called intelligent actions are not preceded by any previous knowledge of the principles. Another more relevant problem refers to the fact that such doctrine may generate an infinite regress, that is, if intelligent actions are necessarily preceded by intelligent theoretical considerations, the so-called intelligent, would also have to be preceded by other intelligent theoretical considerations. Since the *cognitive psychology*, represented for example by information processing theories, was influenced by the intellectualistic doctrine mentioned previously can also be applied to it. It is suggested that an analysis of the uses of psychological language may be useful in solving some of these conceptual difficulties.

Keywords: Consciousness; intellectualistic doctrine; cognitive psychology; infinite regress; conceptual problems.

atacar especificamente o pensamento de Descartes, mas sim a doutrina intelectualista como se apresentou paradigmaticamente no pensamento ocidental.

A Crítica de Ryle à Doutrina Intelectualista

Ryle (1949/1970) afirma que o problema da doutrina cartesianas é de natureza lógica. Ele a define como sendo um mito, considerando que um mito não é, evidentemente, uma história de fadas. É a apresentação de fatos pertencentes a determinada categoria numa linguagem apropriada a outra (Ryle, 1949/1970). A classificação equivocada de termos como consciência e inteligência, originada pelo mito cartesiano, é devida à concepção de uma mente imaterial desvinculada de um corpo físico e, ao mesmo tempo, em interação com este, pois de acordo com a doutrina de Descartes, a alma ou mente é a responsável pela movimentação voluntária do corpo. Portanto, antes de, por exemplo, João resolver uma equação matemática em seu caderno, ocorre em sua mente todo o processo necessário para que João a resolva; e por ser a mente de fácil acesso, nenhum pormenor desse processo mental deixa de ser consciente. Os eventos que ocorrem na mente de João, o processo adequado para resolver a equação corretamente, é a inteligência.

Dizer, como fez o mito cartesiano, que uma pessoa resolve equações matemáticas corretamente porque tem inteligência é cometer o que Ryle (1949/1970) chamou de *erro de categoria*. O ataque principal de Ryle a esse erro é a sua afirmação de que, na linguagem cotidiana, muitos dos termos que descrevem a vida mental não descrevem ocorrências, mas sim conjuntos de relações. Vejamos, por exemplo, o uso do conceito de inteligência. Na linguagem cotidiana, inteligência é um *conceito disposicional* aberto para um conjunto de relações que envolvem ações que João executa, em diversos contextos, para solucionar problemas, jogar xadrez, lutar boxe, ir ao cinema, namorar e um conjunto de outras possibilidades inumeráveis. Inumeráveis porque de acordo com Ryle (1949/1970), é possível fazer

se Mário pretende se aproximar de alguém, aplicar bem seu repertório de seduções adequados; se Mário identifica uma candidata que o incomoda, saberá ser tolerante para não perder um relacionamento no conjunto.

Mais recentemente, Oliveira-Castro (2001) ressaltaram que o conceito exerce

função adverbial de caracterizar a maneira como as ações são executadas. Uma ação inteligente poderia ser realizada de duas maneiras: a) fosse bem sucedida, seguindo o procedimento correto da tarefa; b) representasse o exercício de uma habilidade que o indivíduo possua, podendo ser repetido em situações futuras. Uma ação pode ser realizada de uma maneira que envolva uma situação envolvendo algum tipo de risco ou perigo. A ação pode não consistir em simples repetição de uma ação desempenhada, o que, por exemplo, é a maneira de um hábito. (p. 259)

Ambas as análises de Ryle (1949/1992) e Castro e Oliveira-Castro (2001) ressaltam o uso do conceito compartilhadas pelos conceitos psicológicos na língua. Primeiramente, o conceito descreve termináveis de relações entre eventos necessariamente nenhuma ocorrência específica, a cláusula “se-então”, que seja necessária para definir o conceito. Em segundo lugar, nomeia ou descreve nenhuma ocorrência fora do corpo, mental ou comportamental, resume e prediz relações entre ocorrências.

Na doutrina cartesiana, inteligência, os conceitos psicológicos, é interpretada como a ocorrência interna que gera as ações de um sujeito. Ele resolve um problema matemático, ou encontra uma solução para o problema ou namora uma categoria, de tratar conceitos mentais de forma como se fossem reais e não como disposições, é em parte baseado

Porém, se João não demonstrasse nenhum dos comportamentos mencionados anteriormente, mas fosse capaz de formular as regras do jogo, não seria possível dizer que ele “sabe como”, mas sim que ele “sabe que” para jogar o jogo de damas é preciso ter o domínio dos comportamentos expressos pelas regras.

Desse modo, o mito cartesiano, ao admitir que antes de executar adequadamente uma tarefa é preciso refletir sobre as regras necessárias para executá-la corretamente, iguala o “saber como” ao “saber que”. Nas palavras do próprio Ryle (1949/1970):

Os defensores da fábula (mito) estão prontos a tentar assimilar o saber como ao saber que, argumentando que ação inteligente envolve a observância de regras ou aplicação de critérios. Segue-se que a ação que é caracterizada como inteligente deve ser precedida por um conhecimento intelectual dessas regras e critérios; isto é, a pessoa que pratica a ação deve atravessar primeiro o processo interno de admitir para si própria certas posições acerca do que deve ser feito (“máximas”, “imperativos” ou “normas de conduta”, como por vezes se lhes chamam); só então pode executar a ação de acordo com esses ditames. Deve pregar para si mesma antes de poder executar. (p. 123)

Ryle (1949/1970) afirma ainda que muitas ações ditas inteligentes não são precedidas por quaisquer proposições sobre o modo como devem ser executadas. Algumas ações inteligentes não são controladas por quaisquer conhecimentos anteriores dos princípios que se lhes aplicam. Como exemplo, o autor cita o bom contador de anedotas, que sabe inventar boas piadas mas não sabe formular as prescrições que segue para criá-las.

Além disto, como ressaltado por Ryle (1949/1970), se for admitido que ações inteligentes são necessariamente precedidas por considerações teóricas inteligentes, teremos de admitir que as próprias considerações teóricas, para serem inteligentes, necessariam ser precedidas de outras considerações teóricas inteligentes. Esta situação não teria

serem escolhidas. Assim sendo, é infinita de considerações sobre

Vale notar que os argumentos utilizados contra a doutrina intelectual ao absurdo. Este tipo de argumento (ver, por exemplo, em 1970), é próprio da filosofia de Kuhn, em extrair paradoxos e contradições adotadas pelos interlocutores.

Após a publicação do trabalho, surgiram tentativas de bloquear. Sartori (1991) comenta sobre a possibilidade de regressão infinita considerando que os subsistemas (homúnculos) cada vez mais complexos teriam capacidades, até em algumas situações, superiores às das capacidades, inteligentes ou intelectuais, do sistema original. A regressão ao infinito. O problema com o bloqueio é que ela abandona a doutrina intelectualista. Em última análise, é a mesma que uma consideração prévia intelectualista, visto que, em algumas situações, os sistemas menos complexos, sejam homúnculos ou não, são capazes de realizar a tarefa. De modo similar, é a mesma que abandonar a suposição lógica de que a razão é a única forma de definição da verdade, defendê-la adiando sua negação.

Caso o leitor se pergunte sobre a descrição de uma doutrina tântil que o mito de Descartes tem feito à psicologia de um modo geral e à teoria da psicologia como a assim chamada que usa teorias do processamento de acordo com alguns historiadores (Schultz & S. E. Schultz, 1992), é a parte fundamental da chamada

Implicações da Doutrina Psicologia Cognitiva

Parece correto afirmar que adotar o modelo de processos

posteiros. Esta crença esbarrará no problema de que o controlador necessitará de seu próprio controlador e este, de um outro. Desse modo, não se trata de dar uma solução, mas de adiar indefinidamente o problema.

Outro ponto interessante para a presente discussão é o problema da conceituação de *consciência* na Psicologia Cognitiva. De acordo com Eysenck (1994), o termo consciência deve ser analisado juntamente com autofoco (*self-focus*) e auto-atenção (*self-attention*):

Autofoco e auto-atenção: o conceito de eu é um dos mais antigos e mais básicos em psicologia. A palavra pertence simultaneamente ao senso de continuidade pessoal que caracteriza a personalidade de todo indivíduo, ao corpo organizado de conhecimento que todo indivíduo possui acerca de quem ele é, o que sente e acredita e a quem ele deseja ser; e ao sentimento subjetivo de estar no centro das experiências nas quais ele está envolvido. O “eu” também exibe uma curiosa e singular propriedade que tem sido chamada de reflexividade. Isto é, o eu possui a capacidade de voltar-se sobre si mesmo, de tomar aspectos de seu próprio conteúdo e seu próprio funcionamento como objeto de sua consciência. Quando uma pessoa está fazendo uso dessa capacidade reflexiva, essa pessoa está em um estado de atenção autofocalizada. (p. 315)

Na citação supra, pode-se identificar a idéia de introspecção, proveniente da doutrina cartesiana, aparecendo na capacidade reflexiva e de autofocalização do eu. Nesse sentido, autofoco seria a capacidade de atentar para as ocorrências mentais como desejar e acreditar. Um dos problemas do texto citado parece se dever ao uso de termos tais como *deseja*, *acredita* e *sente*, os quais, na linguagem cotidiana podem apresentar uso disposicional (Ryle, 1949/1970). Dizer que João deseja muito ser advogado não é dizer apenas que ele, em um momento específico, esteve a sonhar com o dia em que receberia o diploma em suas mãos. Na verdade, a frase usualmente pode relacionar-se a um conjunto grande de situações. Exemplos dessas situações são o empenho

relatos retrospectivos evita os problemas causados pela interpretação de autoconhecimento e introspecção (cf. Ryle, 1949/1970).

Nisbett e Wilson (1977) dão outras evidências de que o mito de Descartes tem ramificações profundas na Psicologia Cognitiva. Esse texto, apesar de antigo, ilustra bem os problemas que se mantêm relevantes (Greenwald, 1992; Loftus & Klinger, 1975). O autor que selecionado para a presente discussão, e os outros autores consideram as diferenças entre a evidência empírica de resolução de problemas e os processos utilizados na solução e que assumem que a resolução de problemas é mediada por processos que a direcionam. Nisbett e Wilson deixam clara a sua concordância com a ideia de que os processos mentais subjacentes a todo comportamento são os mesmos, que, portanto, jamais estaremos aptos a descobrir, se não revelarmos quaisquer processos mentais subjacentes a todo comportamento. A seguinte passagem ilustra bem essa ideia:

A idéia central da teoria de atribuição é que as pessoas esforçam-se para descobrir as causas de reações emocionais e comportamentais (seus próprios e alheios) que a atribuição causal resultante é usada para explicar as atitudes e comportamentos. Portanto, se perguntarmos a alguém nos diz que um faroeste é um gênero de entretenimento que aceitação da opinião e, possivelmente, nos perguntarmos se a preferência por esse gênero, subseqüente, serão determinados por razões individuais ou por razões da pessoa para a avaliação: Ela gosta de faroestes? Por que gosta de faroestes? (p. 233)

A posição dos autores suscita a seguinte questão: as pessoas tomam decisões e fazem juízos de acordo com a importância da decorrência de processos cognitivos subjacentes? Porque não se pode simplesmente dizer que os processos mentais são passados por todos? Se os processos mentais são passados por todos, então a introspecção, como é defendido pelo autor, é irrelevante.

Para sustentar a tese de que há processos mentais subjacentes a tudo que as pessoas fazem, os autores lançam mão do que foi chamado de *visão antiintrospecionista*. De acordo com ela, os processos mentais superiores ocorrem, mas os indivíduos não têm acesso a eles e por isso não os podem relatar. A posição dos autores está resumida no seguinte fragmento:

É proposto que, quando as pessoas tentam relatar sobre os processos cognitivos, isto é, sobre os processos que medeiam os efeitos de um estímulo sobre uma resposta, elas não o fazem com base em qualquer introspecção verdadeira. Ao invés disso, seus relatos estão baseados em teorias causais implícitas e *a priori*. (p. 231)

Desta forma, os autores apresentam uma versão moderna do dogma do fantasma na máquina (termo usado para se referir ao dualismo cartesiano). Se os processos mentais subjacentes não são relatados, é porque não há introspecção. Se os relatos verbais eventualmente parecem plausíveis, isto deve-se a “*teorias a priori*”. O fantasma continua ditando o que a máquina faz, mas ninguém vê sua atividade. As ocorrências mentais estão lá, mas não somos conscientes delas. Vale notar que a discussão acerca de processos mentais inconscientes, não acessíveis à introspecção, é antiga na Psicologia. De acordo com Moura e Correa (1997), Wundt admitiu que pensar envolve processos não conscientes, envolvendo um conjunto de premissas inconscientes que compõem o raciocínio. Só em nível consciente equívale a julgamento. Assim sendo, Wundt colocou uma interdição metodológica ao estudo experimental e introspectivo do pensamento. Outro exemplo é o conceito de inferência inconsciente de Helmholtz. De acordo com Moura e Correa (1997) e Vygotsky (1999/1982), Helmholtz formulou este conceito para descrever raciocínios inconscientes que corrigem a percepção humana, permitindo a percepção ortoscópica. Todas essas posições parecem trabalhar com o pressuposto de que a

admite que não se pode viver sem o processamento inconsciente.

Em resumo, a presente artigo aborda os termos mentais como ocorrência de dificuldades conceituais intrínsecas à regressão ao infinito e a proposta de uma solução para este problema. Os termos mentais como termos discursivos. Trabalhando desta forma as terapias de evitar os problemas conceituais. A proposta tem sido desenvolvida a partir de onde o autor compara o uso de um termo negativo, com o uso técnico, para “pôr na cabeça”. De acordo com o autor, “os terapeutas ganhariam em tratar a expressão de forma mais direta, relacionada a situações em que o paciente se encontra”.

sem as quais não se pode entender as reações do organismo. Assim sendo, mudar o uso dos conceitos mentais neste sistema implicaria mudar seus postulados. Em síntese, significaria mudar o sistema. Não se trata de uma mudança periférica e trivial, mas fundamental. Assim sendo, estabelece-se um impasse para as teorias cognitivas de processamento de informação. Manter o postulado implica gerar os problemas conceituais referidos acima. Mudar o postulado implica violentar as bases do sistema. O tratamento deste problema, de forma mais aprofundada, exigiria um desvio dos objetivos mais limitados do presente artigo. Limita-se aqui a apontar a dificuldade.

Como conclusão final, pode-se dizer que o presente texto pretendeu chamar a atenção para a importância da análise conceitual, como instrumento de identificação de dificuldades e alternativas de soluções. Tentou-se demonstrar a relevância do argumento de Ryle (1949/1970), em sua análise sobre a doutrina intelectualista, para discussões atuais da Psicologia. Com base nas análises apresentadas, conclui-se que o uso cotidiano disposicional aberto dos conceitos mentais pode, em muitos casos, ser uma alternativa para as teorias psicológicas, no sentido de evitar os problemas conceituais decorrentes dos usos teóricos aqui discutidos. Uma possível solução para os problemas decorrentes do uso de conceitos abertos (i.e., indetermináveis) talvez fosse a adoção de conceitos disposicionais mais restritos, fechados, cunhados com expressões técnicas (cf. Castro, no prelo; J. M. Oliveira-Castro & K. M. Oliveira-Castro, 2001).

Referências

- Best, J. B. (1995). *Cognitive Psychology* (4^a ed.). Minneapolis: West Psychology.
 Castro, K. M. (no prelo). The relativity of "intelligence" in Psychology and its adverbial function in ordinary language. *Behavior and Philosophy*.
 Eysenck, M. W. (1994). *The Blackwell dictionary of cognitive psychology*. Blackwell.

- Eysenck, M. W. & Keanne, M. T. (1994). *Psicología cognitiva* (H. Gesceir, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas (em 1991)
 Greenwald, A. G. (1992). Unconscious cognition reconsiders. *Psychologist*, 47(6), 766-779.
 Loftus, E. F. & Klinger, M. R. (1992). Is the unconscious unconscious? *American Psychologist*, 47(6), 761-765.
 Moura, M. L. S. & Correa, J. (1997). *Estudo psicológico da inteligência*. EdUERJ.
 Nisbett, R. E. & Wilson, T. D. (1977). Telling more than we can know: Verbal reports on mental processes. *Psychological Review*, 84, 231-259.
 Oliveira-Castro, J. M. (1993). "Fazer na cabeça": Análise das relações empíricas e considerações teóricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 257-264.
 Oliveira-Castro, J. M. (2000). The negative function of the "intelligence head" and behavioristic interpretations of problem solving. *Journal of Behavior Analysis*, 26, 1-25.
 Oliveira-Castro, J. M. & Harzem, P. (1990). Level of abstraction and concept of goal. *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 15, 1-12.
 Oliveira-Castro, J. M. & Oliveira-Castro, K. M. (2001). A proposta de "inteligência": Definições e usos em psicologia. *Pesquisa Psicológica*, 21, 257-264.
 Park, S. M. (1994). Reinterpreting Ryle: A nonbehavioral view of the History of Philosophy, 32, 265-290.
 Ryle, G. (1970). *O conceito de espírito* (M. L. Nunes, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1949)
 Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (1992). *História da Psicologia*. São Paulo: Cultrix.
 Vygotsky, L. S. (1999). *O desenvolvimento psicológico na infância* (L. S. Vygotsky, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1935)
 Ward, A. (1991). Wittgenstein and homuncular psychology. *Manuscripta*, XIV(2), 31-47.